

Lei Ordinária nº 1402/2005

"Dispõe sobre o atendimento de usuários nas Agências bancárias do Município de Camapuã e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMAPUÃ, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMAPUÃ, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

Publicada em 27 de setembro de 2005

- **Art. 1º. -** Ficam as agências bancárias instaladas no âmbito do Município, obrigadas a prestar, no setor de caixas, atendimento aos usuários dentro dos períodos de tempo estabelecidos na presente Lei.
- **Art. 2º. -** O tempo máximo de atendimento, para efeito da aplicação do disposto no artigo anterior, corresponde a:
- I até 15 (quinze) minutos em dias normais;
- II até 20 (vinte) minutos nos dias de pagamentos dos funcionários públicos municipais, estaduais e federais, de vencimentos de contas concessionárias de serviços públicos e de recebimento de tributos municipais, estaduais e federais;
- III até 25 (vinte e cinco) minutos em véspera ou após feriados prolongados.
- § 1º. Os bancos ou suas Entidades Representativas, informarão ao órgão encarregado de fazer cumprir esta Lei as datas mencionadas nos incisos II e III.
- § 2º. Para efeito de controle do tempo de atendimento, os estabelecimentos bancários fornecerão bilhetes ou senha, onde constarão impressos, os horários de recebimento das senhas, e atendimento junto ao caixa.
- **Art. 3º. -** As agências bancárias tem o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data da publicação desta Lei, para adaptarem-se as suas disposições.
- Art. 4º. O não cumprimento das disposições desta Lei sujeitará o infrator às seguintes punições:
- I advertência;
- II multa de R\$ 200, 00 (duzentos) reais;

- III multa de R\$ 400,00 (quatrocentos) reais por dia de reincidência;
- IV suspensão do alvará de funcionamento, após a 5ª reincidência.
- **Art. 5º. -** As denúncias dos munícipes, devidamente comprovadas, deverão ser encaminhadas à Secretaria de Administração Pública, concedendo-se direito de defesa ao Banco denunciado.
- **Art.** 6º. O Município adotará providências junto ao Banco Central para o fiel cumprimento desta Lei.
- Art. 7º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial em

Original, Camapuã, 27 de setembro de 2005.

MOYSÉS NERY

Prefeito Municipal